



O GOVERNO FEDERAL DO PT E A CONTINUIDADE DA CONTRA-REFORMA UNIVERSITÁRIA: apontamentos sobre a formação profissional em Serviço Social no Brasil e no Ceará

Leonardo Moreira dos Santos¹
Raquel de Brito Sousa²

Resumo

Este estudo busca analisar o processo de Contrarreforma do Estado Brasileiro, iniciado em meados de 1990, com as exigências das agências de financiamento internacional, resumidas nas recomendações do “Consenso de Washington”. Dando ênfase às suas particularidades na política governamental dos últimos dez anos. Os impactos desse processo para a educação superior brasileira, com enfoque na formação profissional em Serviço Social no Brasil e no Ceará.

Palavras-chaves: Contrarreforma do Estado; Ensino Superior; Serviço Social.

Abstract

This study seeks to analyze the process (against) Reform of the Brazilian State, started in mid-1990, with the requirements of international funding agencies, summarized the recommendations of the "Washington Consensus." As well as their particular government policy in the past ten years. The impacts of this process for the Brazilian higher education with focus on professional education in social work.

Keywords: Against State Reform; Higher Education; Social Work.

¹ Bacharel. Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Ipueiras/CE. E-mail: leonardo.ms@hotmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: britoquel@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

A crise capitalista que teve seu apogeu em 1970, analisada por alguns intelectuais, especialmente por Mèzáros, como *crise estrutural do capital*, umas vez que, é composta por um conjunto de contradições e limites que não conseguem ser superados pelo sistema capitalista (MÈZÁROS APUD MONTAÑO: 2010). A fim de dar resposta a essa crise o capital passa por um processo de reestruturação, conhecido como neoliberalismo, de avanço sobre a financeirização da economia.

Esse processo de reestruturação capitalista é trazido aos países periféricos do capitalismo, a partir das orientações e recomendações do *Consenso de Washington* – reunião entre os órgãos de financiamento internacional (Bird, FMI, Banco Mundial), representantes dos Estados Unidos e dos países da América Latina, para organizar uma série de reformas a serem implementadas nesses países, para superar sua suposta crise, ou seja, reformas de cunho neoliberal. Essas recomendações possuem dez áreas: “disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação e propriedade intelectual” (CARCANHOLO APUD MONTAÑO, 2010, p. 29), objetivando o desmonte da soberania nacional em prol da entrada de investimentos externos, e o mercado como auto-regulador da economia.

Com isso, temos a privatização das demandas sociais com destaque a saúde, educação e previdência social, segmentos que conseguem se adequar a lucratividade exigida pelo mercado. No Brasil particularmente, quando são conquistados direitos sociais (seguridade social, educação, entre outros) redigidos na Constituição Federal de 1988, uma tentativa de regulamentar um Estado de Bem Estar brasileiro, o capitalismo internacional questiona essa intervenção do Estado e traz as reformas neoliberais como saídas à crise. Dessa forma, temos um estado que afirma não possuir condições de exercer as funções protecionistas, em decorrência da crise fiscal, passando a “compartilhar” tal responsabilidade com a sociedade civil e o mercado, sendo esse o aspecto ideológico colocado para justificar os desmontes dos direitos sociais conquistados historicamente, na referida Contra-reforma do Estado. Existindo uma



relação paradoxal entre os direitos sociais conquistados e o curso econômico e social adotado pelo Brasil, com as contra-reformas.

O referido processo inicia sua implementação no País no Governo de Collor-Itamar, solidifica-se com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e desenvolve-se, assumindo características novas, nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT. Até o fim dos governos PSDB (1994-2002) temos o que alguns intelectuais caracterizam como neoliberalismo puro, marcado pela privatização de empresas estatais, arrocho salarial, reformas nas políticas sociais e trabalhistas (destaque a educação e a previdência social) e busca da estabilização macroeconômica, com o superávit fiscal. Em um segundo momento, no governo de Lula da Silva e atualmente de Dilma Rouseff, temos a continuação desse processo com algumas características particulares, que serão discutidas adiante.

2.O VELHO TRAVESTIDO DE NOVO

O PT sem sombra de dúvidas foi a principal expressão política de um período marcado pelo renascimento das lutas de massas no país e que conquistou vitórias importantíssimas para (e com) a classe trabalhadora. À despeito das mudanças na composição do partido, no seu programa político e da ampliação do seu arco de alianças ao longo da década de 1990, as eleições presidenciais de 2002 foram marcadas pelo sentimento de esperança para os movimentos sociais, grupos e intelectuais progressistas da sociedade brasileira em nosso país, passaram-se dez anos da vitória do governo “democrático e popular” e os resultados desse governo são alvos de leituras bastante diversas e, mais do que isso, de uma profunda divisão entre os grupos de esquerda e progressistas que em 2002 formaram o bloco (junto com frações da burguesia) que levaram o Lula da Silva ao Palácio do Planalto. As controvérsias sobre a forma de governo adotada são muitas, busquemos assinalar algumas questões de maior relevo para o debate.

Na política macroeconômica temos uma clara manutenção das linhas gerais adotadas pelos governos anteriores. Por exemplo, em 2006, o proprietário do banco Itaú “fez rasgados elogios à política econômica do Governo Lula, que então mantinha intacta a



herança dos governos Fernando Henrique Cardoso do tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante)” (CASTELO, 2012, p. 614).

Nas medidas adotadas para com as políticas sociais, encontramos pequenas distinções do “neoliberalismo puro” de FHC, no governo de Lula da Silva diversas políticas tiveram suas legalizações garantidas e criações de uma série de programas específicos (veremos o caso da política de ensino superior no próximo tópico), contudo a redução do estado nessa área foi mantida, sobretudo no financiamento.

Há ainda uma forte centralidade na política de Assistência Social, principalmente com os programas de transferência de renda direta, que desvinculados de um fortalecimento das demais políticas públicas tornam-se medidas assistencialistas e que não avançam no sentido de diminuir a abissal desigualdade social que assola o país (MOTA, 2008), até porque o fundo público do Governo Federal continua sendo constituído, sobretudo, pela taxaço do consumo e a acumulaço de riqueza continua bastante folgada de impostos (SITKOVSKY, 2008).

Assim, toda a reflexo neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versao *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume aos esforços de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalizaço da economia. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 680-681).

Se a política macroeconômica e a relação com o grande capital não tiveram transformações substantivas, essa afirmaço não é válida para as condicionalidades sócio-políticas. O transformismo ocorrido no PT e o apelo para manter a sua governabilidade atingiram em cheio o conjunto dos movimentos sociais atuantes no país, arregimentando para a militância burocratizada e aliada às classes dominantes alguns dos principais operadores políticos da classe trabalhadora brasileira. Tal processo faz com que Iasi (2013) lembre a categoria “democracia de cooptaço”, de Florestan Fernandes, para explicar o fenômeno ocorrido no Brasil a partir de 2003.



Apesar do quadro difícil para os movimentos sociais que não se deixam atrair pelo canto da sereia, a resistência não morreu, pelo contrário, há aqueles que estão na batalha para desvelar o verdadeiro papel adotado atualmente pelo governo encabeçado por ex-lutadores do povo e começamos a ver sinais de esgotamento das medidas “populares” desse governo.

Durante a greve das universidades federais, noticiou-se que o Estado brasileiro gasta cerca de 45% do fundo público com o pagamento de juros e amortizações da dívida e menos de 4% com a educação. Diante das exigências dos professores, técnicos-administrativos e estudantes por melhores condições de trabalho e estudo e reestruturação das carreiras, o ministro Guido Mantega foi obrigado a se posicionar e declarou que o movimento grevista poderia quebrar o Estado caso os aumentos de recursos para a educação pública fossem cedidos (cf. O Globo, 5 jul. 2012, p. 5). Recursos escassos para as políticas sociais públicas, abundantes para os rentistas: esta é a economia política da política econômica dos governos brasileiros na era neoliberal. (CASTELO, 2012, p.630)

A massificação, tecnificação, privatização e precarização do ensino superior no Brasil é emblemático de como o governo encabeçado pelo PT conseguiu implementar a cartilha neoliberal para as políticas públicas revestidas de reformas com caráter popular.

3.OS IMPACTOS DA CONTRA-REFORMA NO ENSINO SUPERIOR

Assim compreendemos que a (contra) reforma realizada no ensino superior brasileiro é parte de um amplo processo de ajustes neoliberais. Durante os oito anos de governo do FHC ocorreram mudanças que buscaram desobrigar o Estado ao direito à educação básica e superior, “a oferta educativa teria de ser ampliada no nível fundamental e na formação profissional de natureza instrumental, e as parcerias público-privadas deveriam ser incentivadas em todos os níveis e modalidades de ensino” (LEHER:2010:373). Suas medidas atingiram todas as modalidades de educação, mas precisamente sobre impactos para educação superior temos a aprovação de seus interesses na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que tornou apenas o ensino fundamental obrigatório e gratuito, e no Plano Nacional de Educação (PNE). Ressalta-se que realizou medidas de privatização da educação superior, com a



concessão de recursos para o setor privado, subsidio e crédito educativo, reduzindo as exigências para o funcionamento e abertura de cursos superior.

Nos governos do PT as reformas da educação adquirem patamares não alcançados pelo chamado neoliberalismo puro do governo FHC. Além da expansão da privatização, principalmente através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), temos flexibilização entre o público e o privado, “na tentativa de desconstituir seu caráter de *direito social*, por meio de sua transmutação para *serviço público não-estatal*” (LIMA: 2009: 76), com isso intensificam-se as relações e parcerias entre o público e o privado, ampliando o mercado da educação superior. Descaremos posteriormente as principais medidas desse período.

O PROUNI e o FIES caracterizam-se pela ampliação dos cursos privados, através do repasse de recursos públicos. No primeiro se definiu como um programa que compra vagas em universidades privadas, através da concessão de isenções tributárias, independente do número de vagas e das bolsas (podem variar de desconto à integralidade) concedidas. E no segundo o Estado custeia os juros dos empréstimos aos estudantes, acrescenta-se a inadimplência dos pagamentos, parcialmente pagas pela União. Ambos abordam a educação de jovens trabalhadores como um serviço lucrativo, fornecendo a tais uma formação de baixa qualidade e aligeirada, massificam a educação superior e legitimam o sucateamento planejado e sistemático das universidades públicas (LEHER, 2010, p. 389).

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) possui como objetivos

expandir o número de matrículas, sem garantia de financiamento compatível; nas Parcerias Público-Privadas, que tornaram as universidades heterônomas, pela proposta de desestruturação da carreira dos docentes. É preciso salientar, que entre outros problemas, o REUNI foi responsável pela introdução do contrato de gestão, orientado por metas numéricas nas IFES, totalmente estranho ao verdadeiro fazer acadêmico (MAUÉS, 2010, p. 93).

Temos ainda Decreto 5.622 de 2005 que regulamente e legitima a educação a distância no Brasil. E o Projeto de Lei nº 7.200 de 2006, que legaliza a educação superior como um “bem público” que possui uma determinada função para a sociedade,



legitimando o repasse de recursos públicos as instituições não-estatais, além de permitir a “sociedade” com o capital estrangeiro (30%).

Com base em dados do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de 2010, observamos uma estagnação no crescimento dos cursos presenciais, ficando com taxa de 4,8% entre os anos de 2006 e 2007. O Censo do Ensino Superior do INEP em 2011 mostra que entre 2010 e 2011 as vagas nas instituições públicas aumentou 7,9% e nas privadas 4,8%, esses dados recentes são frutos do resultado do REUNI, mas não tendem a reverter a predominância do capital na abertura de vagas no ensino superior, que já foi consolidada desde a reforma de 1968 e aprofundada com duas décadas de investimento na privatização do setor. Observe-se que em 1991 tínhamos das vagas de graduação presencial 31,45% públicas e 68,55% privadas; já em 2010 tínhamos 14,27% públicas e 85,73% privadas.

Já os cursos à distancia cresceram 78,4% nos números de matrícula, apesar do número de cursos ter crescido apenas 16,9% no mesmo período. Observa-se assim um número gigantesco de vagas por cada curso aberto, realidade inexistente na modalidade presencial. Os cursos superiores em tecnologia cresceram o número de matrículas em 24,8%.

No Estado do Ceará tínhamos, em 1991, 73,4% de vagas oferecidas pelo setor público e 26, 6% pelo setor privado, no ano de 2010 esse quadro já está totalmente invertido, com 34,83% das vagas proveniente do setor público e 65,17% do setor privado.

No curso de Serviço Social, um dos mais afetados pela expansão privatista e, sobretudo, pela expansão do EAD, por ser um curso com baixo custo para o investimento do capital, os dados também são alarmantes, segundo Lima e Pereira, entre 1995 e 2002, foram criados mais 50 cursos, desses 90% são de iniciativa privada, apenas 30% foram implantados em espaços universitários, o que evidencia a proposta governamental do FHC de expansão privada do ensino superior. (Lima; Pereira, 2009, p. 43-44). Além disso, é notável que o processo de massificação, precarização e privatização do ensino superior se intensificam nos governos do PT. No Serviço Social a principal expressão disso se dá na abertura desenfreada de cursos a distancia, que apesar de representar 5,2% do total de cursos criados entre 2003 e 2009, ao averiguarmos percebemos que são ofertadas



anualmente 46.620 vagas na modalidade EAD (11 IES), enquanto 24.824 vagas na modalidade presencial (199 IES) (Lima; Pereira, 2009, p.45).

O Estado do Ceará não foge a essa regra, segundo dados obtidos no *site* do Conselho Regional de Serviço Social – 3ª Região Ceará (CRESS-CE), existem atualmente 21 cursos de Serviço Social no Ceará, sendo sete à distância (divididos em dezenas de polos, não conseguindo serem contabilizados) e catorze presenciais, destes apenas dois são ofertados por universidades públicas. Das inscrições realizadas pelo CRESS-CE em 2008, totalizavam 140, apenas uma inscrição era referente à formação em instituição privada. Ao passo que em 2001 do total de 540 inscrições: 400 eram referentes a profissionais formados em instituição privadas e apenas 140 advindo de instituições públicas. Esses dados mostram quanto é real às análises feitas acima acerca da educação superior no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A denuncia da massificação desenfreada e desqualificada do ensino superior no país, e mais especificamente da graduação em Serviço Social não é embasado em uma disputa corporativa, ela diz respeito à defesa de uma construção sócio histórica de uma profissão qualificada para atuar nas expressões da “questão social”, na luta pela garantia e ampliação de direitos, através da disputa do Estado e do fundo público deste, para que se atendam necessidades básicas e socialmente construídas das classes subalternas deste país. A formação que tem virado regra nos últimos anos não contempla esse perfil profissional. A garantia da qualidade dos serviços prestados, um dos princípios do Código de Ética profissional que em 2013 completa 20 anos, esta sendo profundamente negada nesse processo.

Em âmbito geral, essa defesa circunscreve-se na luta da classe trabalhadora brasileira contra o canto da sereia que tem sido denominado neodesenvolvimentismo, mas que não passa do outro lado da moeda da política neoliberal do Estado, da consolidação da hegemonia do capital em nosso país. O belo projeto levado à cabo pela vanguarda da categoria passa por provações gigantescas em tempos de criação de um



consenso conservador revestido de “popular”, mas movimentos como a greve das universidades Federais de 2012 mostram que apesar de hegemônico, o projeto do capital não é único, e é plenamente possível derrotá-lo.

REFERÊNCIAS

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 fev 2013.

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS. Disponível em < <http://www.cress-ce.org.br/institucional/rela%C3%A7%C3%A3o-de-institui%C3%A7%C3%B5es-dos-processos-de-inscri%C3%A7%C3%A3o-2008-2011>> acesso em 11 de abril de 2013.

IASI, Mauro Luis. **Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora. (no prelo).** Disponível em <<https://docs.google.com/document/d/1K86ouShh6qJtaqMN0NxOm7IGWKNqXZba23jXB U6145k/edit?pli=1>>. Acesso em 15 mar 2013.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> acesso em 10 de abril de 2013.

LEHER, Roberto. A educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em serviço social. In: **Sociedade em debate**, Pelotas, 15(1): 31-50. Jan.-jun 2009.

MAUÉS; Olgaíses Cabral. A crise mundial e seus reflexos na educação superior. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 45, jan. 2010. p. 93 -101.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 2 ed. Ver e ampl. São Paulo: Cortez, 2008. p. 133-146



PINTO, Marina Barbosa; LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de; Cislaghi, Juliana Fiúza. Universidade pública na crise atual. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 44, jul. 2009. p. 75-82.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 29 de fev de 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 2 ed. Ver e ampl. São Paulo: Cortez, 2008. p. 147-179.